



GÊNERO, EDUCAÇÃO E PATRIARCADO NO PLANALTO CATARINENSE

Lizonete Dal Farra¹
Geraldo Augusto Locks²
Mareli Eliane Graupe³

RESUMO

Neste artigo apresentamos os resultados da revisão bibliográfica e documental sobre Gênero, Educação e Patriarcado no planalto catarinense. Destacam-se conceitos de gênero, educação e patriarcalismo, contextualizando-os historicamente no território catarinense. O objetivo geral foi o de analisar a constituição patriarcal dessa sociedade, identificando suas implicações sociais, econômicas, políticas e culturais na região de Lages (SC). A relevância deste estudo está no fato de ser produzido na disciplina de Educação, Gênero e Diversidade do Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade do Planalto Catarinense (PPGE/UNIPLAC) como requisito de avaliação. Sua importância também se dá por ser este um trabalho que põe em evidência uma questão atual, muito debatida e polêmica em nossa sociedade: a questão de gênero. Espera-se contribuir para a conscientização de que os papéis de gênero são construídos e mutáveis social e historicamente, diferenciando-se de uma cultura para outra.

Palavras-chave: Patriarcalismo. Gênero. Identidade. Cultura. Violência. Lages

1 TERRITÓRIO E GÊNERO: FORMAÇÃO DE IDENTIDADES E DE CULTURA

Lages, cidade polo da região do Planalto Catarinense, é um dos 18 municípios que compõem a AMURES (Associação dos Municípios da Região Serrana). Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010, este município possui 156.406 (cento e cinquenta e seis mil, quatrocentos e seis) habitantes.

¹ Mestrado em Educação pela Universidade do Planalto Catarinense –UNIPLAC (2016); professora da rede municipal de ensino de Lages, lotada na Escola Itinerante Maria Alice Wolff de Souza, de Lages, SC. E-mail: dalfarralizonete@yahoo.com.br

² Professor doutor em Antropologia, atua no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense. E-mail: geraldolocks@gmail.com

³ Professora doutora em educação, atua no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense. E-mail: mareligraupe@hotmail.com

O município é o maior em extensão territorial de Santa Catarina, sendo a região a menos desenvolvida do Estado, nele ocupando inclusive o primeiro lugar nos índices de violência contra a mulher.

Ao considerar o contexto de abrangência desse município na região da qual faz parte, o objetivo nesta revisão bibliográfica e documental foi a de analisar a constituição patriarcal no planalto catarinense, identificando suas implicações sociais, econômicas, políticas e culturais no espaço que ocupa.

A pesquisa teve início no Museu Thiago de Castro de Lages, para buscar algo que pudesse auxiliar-me neste estudo. Meus olhos inquietos voltaram-se imediatamente para as fotos lá expostas. Nelas percebi a religiosidade do povo: festas do Rosário e Irmandade do Divino (1854), inclusive um enorme cortejo fúnebre que denota a importância do defunto. A praça do mercado, “da cavalhada ou do manejo” (SERPA, 1996) pareceu uma típica feira medieval.

Quanto ao lazer, gaiteiros, violeiros, piqueniques, passeios nas fazendas com belas casas, cavalgadas, pessoas em pé ou sentadas em bancos rústicos, na varanda. Na área Educacional, o destaque é para o Colégio São José, dos Padres Franciscanos, fundado em 1904, somente para meninos, e o Colégio Santa Rosa (três fotos: a chegada das 3 primeiras irmãs da Divina Providência, em 1901 juntamente com o bispo, outra da construção do novo colégio em arte decô no ano de 1905 e, ainda, uma terceira, das irmãs, com 25 meninas internas). A nível Estadual, o destaque é para o Grupo Escolar Vidal Ramos, fundado em 1913, sendo a quarta instituição desse porte em Santa Catarina.

Quando encerrei a visita a esse Museu, me questionava: o que isso tem a ver com meu trabalho? Estava intrigada com algumas contradições: na foto festa do Rosário havia um grupo seletivo de brancos na porta da escadaria da igreja com o padre, enquanto na Irmandade do Divino era uma multidão de negros e mulatos, com a presença de algumas mulheres na rua, em procissão, juntamente com o sacerdote. E me perguntei: onde estão as outras mulheres?

Essa e outras contradições me fizeram pensar. Até mesmo em desfiles públicos ou cortejos fúnebres o predomínio do sexo masculino chama a atenção. Onde elas estavam? Vi um grupo delas, muito bem vestidas, fazendo um piquenique em comemoração ao aniversário de uma amiga (lazer muito comum em alguns países europeus). Nas demais fotografias que fazem parte do acervo do Museu, elas se encontravam sentadas ou em pé, em frente de suas casas fazendo crochê, muitas de avental. A foto dos primeiros professores do

Grupo Vidal Ramos foi outro fato que me interessou: eram quatro homens e oito mulheres. Já a foto tirada na diretoria do Grupo Vidal Ramos Junior, havia 7 mulheres e dois homens. Em ambas, os homens aparecem na parte central da foto. Observando as fotos expostas, pude perceber com clareza e de maneira marcante a diversidade tanto de gênero quanto étnico-racial, cultural e de classe.

Entende-se diversidade, conforme Lima, “[...] como norma da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo” (*apud* SANTOS e MARQUES, 2012, p. 2).

Tomando a diversidade como pano de fundo, Santos e Marques afirmam (2012, p. 2) “[...] que a diversidade pode ser um construto histórico, cultural e social das diferenças”. Na percepção desses autores, “[...] as diferenças são construídas além das características biológicas, observáveis a olho nu. Elas perpassam as ações dos sujeitos sociais ao longo de sua vida sócio-político-histórica e está presente em seu meio social e no contexto das relações de poder”.

Mas, voltando especificamente às fotos das mulheres, o que elas, brancas ou negras, ricas ou pobres tinham em comum? A pesquisadora Miriam Grossi nos responde: “Todas eram oprimidas pela ideologia patriarcal” (GROSSI, 1998, p. 3).

Para entender esse condicionamento das mulheres, faz-se necessário conceituar patriarcalismo, o que desenvolvemos na sequência deste texto. Segue-se uma contextualização histórica do território pesquisado e relação entre Patriarcalismo, Gênero e Educação.

2 PATRIARCALISMO E GÊNERO

O conceito de gênero, cuja palavra deriva de “gender”, é considerada como uma categoria usada para expressar “[...] origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres”, conforme ressalta Louro (1997, p. 21).

De acordo com Castells (2013, p. 169),

Patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo, à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos

interpessoais e, conseqüentemente, a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo. É essencial, porém, tanto do ponto de vista analítico quanto político, não esquecer o enraizamento do patriarcalismo na estrutura familiar e na reprodução sociobiológica da espécie, contextualizados histórica e culturalmente.

O que está contido nesse conceito são as condições ou características do que homem e mulher podem ou devem fazer, sendo, em geral, a descrição do que submete as mulheres, a exemplo dos preconceitos de que mulheres são frágeis, por isso não lhes cabem tarefas que exijam esforço, como levantar peso, enquanto aos homens não cabem tarefas como os cuidados com as crianças, porque os mesmos não possuem jeito para isso entre outros estereótipos que acabam por submeter as mulheres ao trabalho caseiro, à invisibilidade, e os homens a condição de quem trabalha duro e cuida da família (LOURO, 1997).

De acordo com Grossi (1998), os estudos de Antropologia Feminista vêm mostrando que se trata de uma construção ideológica usada para justificar comportamentos sociais de homens e mulheres em determinada sociedade.

Para Louro (1997), o que define homem e mulher no que trata do conceito de gênero não diz respeito às características físicas, sexuais, e sim às representações, às construções sociais que se formulam sobre o que é próprio do masculino e o que cabe ao feminino em tempo e espaço de cada sociedade. Assim, “Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente os seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos”. A mesma autora situa que as diferenças entre masculino e feminino estão nas relações sociais e não nas características biológicas, o que implica pensar “[...] nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. O conceito passa a ser usado, então, com forte apelo relacional – já que é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros” (LOURO, 1997, p. 21-22).

Tal pensamento converge para as ideias de Grossi, quando situa que “Gênero é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas por diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual” (GROSSI, 1998). Isso reflete a cultura das sociedades industriais que ‘educavam’ as mulheres para “assumirem uma personalidade feminina e uma identidade de gênero específica”. Nesses casos, as mulheres eram condicionadas ao espaço familiar, longe dos espaços de poder.

A Sociologia de Gênero explica que nas sociedades industriais as mulheres são socializadas para assumirem uma personalidade feminina e uma identidade de gênero específica; são relegadas ao âmbito privado do lar e excluídas das atividades públicas; são alocadas a atividades produtivas restritas, inferiores, mal-pagas e degradantes; e são submetidas a ideologias estereotipadas que as definem como fracas e emocionalmente dependentes dos homens” (ABERCROMBIE; HILL; TURNER, 1994, *apud*, CARVALHO, 2000, p. 13).

Esses conceitos ou concepções em geral tendem a nos levar para o campo ou espaço da família no século XIX, quando a ocupação de espaços públicos e privados eram ao sexo das pessoas, ou seja, mulheres pertenciam ao espaço e âmbito privado, estavam condicionadas ao particular, enquanto os homens dominavam o espaço público. De acordo Serpa (1996, p. 17) Perrot descreve a família nessas sociedades “[...] enquanto tabuleiro demográfico e social induz o poder – filantropos, médicos, Estado – a cercá-la de solicitude, a querer penetrar em seus mistérios e entrar na fortaleza”.

Perrot também considera que “Essa atitude de intervenção está mais dirigida às famílias pobres, despossuídas, consideradas incapazes de desenvolver seu papel em relação aos filhos”. Isso tem relação com o fato de que a sociedade sobre a qual se fala estava centrada no mercantilismo e, por isso, havia uma espécie de necessidade de manter relações separadas entre o espaço público, no qual imperavam os interesses hegemônicos e onde as elites tentavam tornar concreta a sua superioridade, do espaço privado, doméstico, onde cada um, ao seu modo, dominava (*apud* SERPA, 1996, p. 17).

Entender esse contexto também implica em pensar o que é violência doméstica, situação recorrente nos BO registrados na Delegacia da Mulher em Lages e que serão retomados no corpo deste artigo. De acordo com Grossi,

No livro chamado **Sexo e Temperamento (1950)**, uma antropóloga norte-americana, Margareth Mead, mostrou que, numa mesma ilha da Nova Guiné, três tribos – os Arapesh, os Mundugumor e os Tchambuli – atribuíam papéis muito diferentes para homens e mulheres. Agressividade e passividade, por exemplo, comportamentos que, em nossa cultura ocidental, estão fortemente associados, respectivamente, a homens e a mulheres quase como uma determinação biológica, entre estas tribos lhes eram associados de outra forma num destes grupos, homens e mulheres eram cordiais e dóceis; no outro ambos eram agressivos e violentos; e no terceiro as mulheres eram aguerridas, enquanto os homens eram mais passivos e caseiros. A partir deste estudo, muitos outros foram feitos em outros grupos humanos, mostrando que os papéis atribuídos a homens e a mulheres não eram sempre os mesmos (*grifo da autora*), (GROSSI, 1998, p. 6-7).

A citação acima demonstra que os gêneros são tratados de diferentes modos em diferentes culturas, portanto trata-se de uma construção cultural. Falando sobre a mulher popular em Lages, no seu livro "A cidade e seus tempos", Peixer relata:

[...] o discurso da modernidade é contraditório, deseja-se a modernidade econômica, no que ela pode trazer de lucro, porém, há resistência às mudanças cotidianas como no comportamento dos jovens, das mulheres, entre outros. Neste sentido, nas décadas de 50 e 60 intensificavam-se as matérias sobre o comportamento da mulher, a idealização da "rainha do lar", a imagem santificada do casamento (PEIXER, 2002, p. 162-163).

Esta citação contém uma nota de rodapé com os seguintes dizeres:

[...] em termos gerais, as mulheres das classes populares, quando se estabeleciam na cidade, procuravam desenvolver atividades com retorno econômico, como lavagem de roupa para fora, empregadas domésticas, doceiras e vendedoras de produtos ambulantes. Essas estratégias eram importantes para a sobrevivência econômica da família (PEIXER, 2002, p. 163).

Ao identificar o cotidiano de Lages no final do século XIX e início do século XX é possível perceber que as elites lageanas, contando com a força da Imprensa local, desenvolviam, incentivavam e legitimavam os valores da cultura europeia tida como progresso, modernização e civilização.

Lembrando que as elites locais, segundo Serpa, eram formadas de fazendeiros, comerciantes, altos funcionários públicos e profissionais liberais. Foi neste sentido e com a ajuda da imprensa que a elite local procurou combater “[...] todo elemento de cultura popular que pudesse comprometer o desejo de constituição de uma sociedade civilizada” (SERPA, 1996, p. 17).

Se a ideia era a de trazer para esse espaço a cultura europeia, criar ou estabelecer uma sociedade centrada nos ideais europeus, as imagens encontradas no Museu Thiago de Castro contribuíram para essa socialização de poder e de exclusão no espaço das elites. Contudo, embora as imagens reflitam condicionamentos, estereótipos das pessoas mais pobres, a presença da mulher como ser ativo na vida social de certo modo é mais presente entre os menos favorecidos economicamente.

Há que se pesar essas condições, sem dúvida, mas a condição submissa de mulher como sexo frágil e apoio social de mãe de família aos homens aparece com mais evidência nas fotos das elites. Isso nos leva para a questão da territorialidade, aspecto importante a ser observado na constituição do patriarcado no Planalto Catarinense, em especial em Lages, e

como as relações entre os diferentes atores sociais foi sendo engendrado sob o domínio das elites e oligarquias que dominaram e, de certo modo, ainda dominam esse espaço.

3 TERRITORIALIDADES NA FORMAÇÃO PATRIARCAL DE LAGES (SC)

A formação de territorialidades passa, obrigatoriamente, pelos caminhos da identidade, não a pessoal, mas aquela coletiva que vai sendo construída ao longo dos anos e das transformações sociais pelas quais passam sociedades e indivíduos e que contribuem para a formação das características próprias de um determinado contexto social.

Locks (2010, p. 5), ao referir-se à “identidade sociocultural” da população da Serra Catarinense situa três importantes conceitos: Identidade, cultura e território. A identidade seria manifesta de modo silencioso e refletida por meio da cultura passada de geração em geração até tornar-se hábito, ou seja: ela vai se mostrando “através da cultura, pelos estilos de vida, hábitos, costumes, comportamentos, linguagem, música, arte, religiosidade, alimentação, no modo de vestir, no cuidado com o ambiente, na organização social, econômica e política da comunidade”.

Na perspectiva de Silva (2000), a questão da territorialidade vai um pouco além, situando-se no âmbito da diferença, mostrando que ambas possuem características comuns: são produzidas pela linguagem humana, importante elemento cultural. Conforme esse autor,

A Identidade e a diferença têm de ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto das relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais” (SILVA, 2000, p. 76).

Ao pensar essas questões, não se pode deixar de lado o aspecto cultural e à definição de cultura, haja vista que esses elementos contribuem significativamente para a formação de identidades e a conformação das territorialidades. Quanto ao conceito de cultura Locks (2010) chama a atenção para o seu sentido antropológico, citando Da Matta (1978), para o qual “[...] cultura é um conceito-chave para a interpretação da vida social, sendo a “maneira de viver total” de um grupo, sociedade, país ou pessoa”. Isso se dá mediante a identificação de que “Mais cultura opera como um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo, pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmos” (*apud* LOCKS, 2010, p. 5).

Ao formar-se essas condições, o estudo das territorialidades aterrissa no âmbito da identidade sociocultural do objeto em análise, o Planalto Serrano e as características que contribuíram para a formação de uma sociedade patriarcal secular que ainda se faz manifesta no território estudado.

Para Locks (2010, p. 6), território vai além de espaço físico, “compreende muitos aspectos da realidade vivida por uma comunidade ou sociedade”. Para o mesmo autor, isso “[...] resulta das relações estabelecidas pelos sujeitos ou indivíduos que vivem num espaço físico”. Nesse sentido, cabe situar que “[...] são as pessoas que fazem o território através de suas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais” (LOCKS, 2010, p. 6).

Dos diferentes aspectos que podem ser analisados na construção de um território, o autor considera quatro deles:

[...] a forma de ocupação e estruturação do espaço físico com o foco na estruturação fundiária; a presença e os cruzamentos étnicos caracterizando diferentes culturas ou modos de vida de grupos sociais; as atividades econômicas desenvolvidas e o quarto aspecto, as relações de poder” (LOCKS, 2010, p. 6).

Para entender como isso se deu no espaço em estudo, faz-se importante discorrer sobre cada um deles. A forma de ocupação e estruturação do espaço físico com o foco na estruturação fundiária implica na fundação da cidade de Lages, em 1766. O Brasil era ainda colônia de Portugal e a região sul sofria constantes ameaças dos vizinhos espanhóis. O governo português enviou o fazendeiro Antônio Correia Pinto de Macedo da Província de São Paulo, com duplo objetivo: fundar uma povoação para manter a integridade física do espaço conquistado e o abastecimento da região de Minas Gerais devido ao ciclo do ouro. Lages tornou-se ponto de passagem, local de descanso e abastecimento, das tropas e tropeiros vindos de Viamão (RS), com suas tropas de gado, muares, ou comboieiros carregados de alimentos, indo até Sorocaba (SP), (PEIXER, 2002).

Em concordância com Peixer, afirma-se que a fundação de Lages foi parte de uma estratégia impulsionada pela Capitania de São Paulo. “Por um lado, a futura povoação deveria localizar-se num ponto estratégico para servir como ponto de defesa do território, frente à possível expansão do território Espanhol (Tratado de Tordesilhas)”. Isso empresta à fundação de Lages um caráter político. Ainda segundo Peixer, “Por outro lado, começava a crescer o mercado consumidor nas Região Sudeste e Nordeste havendo grande necessidade de gado de corte e muares”, o que conota uma relação econômica à criação de uma Vila em ponto estratégico para o comércio realizado em São Paulo e Minas Gerais. Para a mesma

autora, “[...] uma povoação nessa região serviria como ponto de apoio a esse mercado, já que se localizava entre o Rio Grande do Sul - centro produtor- e São Paulo - centro de comercialização e consumo” (PEIXER, 2002, p. 41).

As características políticas e econômicas da fundação de Lages já conformam os primeiros indícios de uma formação cultural histórica e geográfica centrada no poder e no domínio de uma elite sobre os trabalhadores. Esse fato pode ser fundamentado pela própria movimentação de Correia Pinto, quando “desceu” para a região acompanhado de sua família, o que dá o caráter familiar-social restrito, e por “um contingente de escravos e outros ajudantes” (LOCKS, 2010, p. 8), portanto os trabalhadores e, no caso dos escravos, os completamente dominados e sujeitos à servidão, sem direito nenhum.

Os espaços organizados por Correia Pinto, no entanto, já eram ocupados, o que gerou conflitos e genocídio das tribos de índios Kaingang e Xocling que viviam no local. Ao lado do extermínio dos elementos não gratos ao poder, instaurou-se na região o regime das sesmarias vigente na Colônia, originando a “[...] estruturação fundiária na região, caracterizada Por grandes extensões de terra, apropriadas por poucos e grandes proprietários” (LOCKS, 2010, p. 8).

Esta atividade teve grande destaque até 1940, quando ganhou espaço o ciclo da madeira, época em que o Brasil, liderado pelo presidente Getúlio Vargas, encontrava-se no processo de industrialização e modernização. Lages possuía vasto campo de exploração da araucária, matéria prima da construção civil, sendo, portanto, lugar e setor com grande possibilidade de crescimento, o que atraiu madeireiros gaúchos de origem italiana que ocuparam notadamente o bairro Coral, objetivando a exploração madeireira através das serrarias.

Aos arredores da cidade surgem vilas operárias. A população aumenta, a cidade se desenvolve e alcança prestígio econômico, social e político. Conforme Peixer (2002), com as serrarias surge uma nova elite social: a dos madeireiros contrapondo os latifundiários do centro. Com o fim das araucárias nativas, o fim do ciclo madeireiro, por volta de 1970, provoca desemprego nas serrarias e o surgimento de inúmeros bairros periféricos.

Esse histórico é importante para entender a quarta categoria proposta por Locks na configuração da territorialidade, que são as relações de poder, condição básica para retomarmos adiante as discussões sobre gênero, identidade e seu subjugamento ao patriarcalismo que marcou e ainda marca a sociedade lageana.

Conforme Locks (2010, p. 11): “As relações de proprietários de grandes extensões de terra e de gado e a força de trabalho de não proprietários, definiram logo a sociedade de classe na serra catarinense. O modo de estruturar a família e a hierarquia social também emergiu do espaço da fazenda”.

Nesse contexto, as relações de poder estavam centradas no que se convencionou chamar de “mandonismo local”, uma das condições do sistema de “coronelismo, clientelismo e compadrio”. Nas palavras registradas por Locks (2010, p. 11), “Família, peões, agregados, tudo dependendo do fazendeiro [...] O dono de terra e de gado também é dono de gente”.

4 PATRIARCALISMO, SOCIEDADE E MULHER LAGEANA

Registros históricos trazem aspectos socioculturais, políticos e econômicos que vão fechando com as discussões pretendidas neste estudo e situadas por Serpa (1996). Esses registros datam do século XIX, quando Robert Ave-Lallemant, em visita às províncias de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, em 1858 registrou traços dessa sociedade, situando, em especial, as mulheres, conforme ressaltado por Serpa (1996):

Todas as moradas são térreas, faltam vidraças nas janelas, dando aparência erma [...] não vivem mais que 500 habitantes na vila. [...] observa ainda a inexistência de fogões e lareiras em Lages. Só em quatro casas há cadeiras regulares. [...] e ainda, sobre “mulheres libertinas, terrivelmente feias, por preços irrisórios, amenizam a vida dos criadores de gado e negociantes de cavalos que moram nos arredores e na própria vila (SERPA, 1996, p. 14).

Trata-se de um “olhar” europeu sobre a sociedade que começava a crescer no Planalto Catarinense, mas que traz a perspectiva sobre a qual essa sociedade fundou-se, as relações de poder e o subjugo das mulheres ao poder dos homens. A descrição desse visitante não foge à perspectiva de outros historiadores e do Planalto ao considerarem a mulher como objeto que “ameniza” a vida e que acaba colocando quase todas na condição de prostitutas à serviço dos coronéis (SERPA, 1996, p. 14).

Em outro registro, Serpa situa as palavras de Avé-Lallemant que confirmam nossa exposição de que as mulheres só possuem um tipo de olhar, o do homem, do machismo, sobre um ser-objeto: “[...] preciosos tecidos para vestidos e valiosos chales de lã são comprados por mulheres de apavorante fealdade”. Sobre as mulheres da elite a condição não é muito diferente, elas não possuem glamour como as europeias, embora copiem a moda da

Europa: “[...] é raro que as serranas, mesmo quando se vestem com apuros, usem meias [...] as botinas de laco parisienses são geralmente usadas com o pé nu” (SERPA, 1996, p. 15).

Nas palavras poéticas de outro visitante das paragens lageanas, o glamour fica por conta das prostitutas, as “forasteiras”, o que não lhes auxilia em nada na condição de sujeitos livres, capazes e humanos a não ser sua possibilidade de servir aos homens: “A forasteira. E ali, na vila, nessa pobre aldeia, / Tão incolor, tão rústica, tão feia / Povoada de caboclos indigentes, / A forasteira, com seu ar touriste, / Com seu chapéu de plumas, com seu chiste, / Chocava o povo e vislumbrava as gentes!” (SERPA, 1996, p. 13).

Os visitantes/historiadores também descreveram o homem lageano, condicionando-o à posição de menor, revelando o olhar europeu sobre essa sociedade do interior, formada, em sua maioria, por pessoas da terra, sendo que alguns acabaram formando oligarquias e ganhando destaque social a partir das relações de poder estabelecidas. Embora seja relevante esse aspecto, neste estudo nosso olhar se detém à condição e situação a que foram relegadas as mulheres lageanas no contexto do patriarcado. Para isso, situamos alguns números para, na sequência fecharmos essa discussão.

Conforme dados do IGBE (2010), o número de nascimentos de pessoas do sexo masculino é maior em Lages do que o de nascimentos de pessoas do sexo feminino. No entanto, a estimativa de vida a partir das taxas de mortalidade é mais oportuna às mulheres, considerando que o número de óbitos é maior entre os homens, situando a predominância de mulheres sobre homens. Foram registrados cerca de 607 casamentos na Comarca de Lages no ano de 2010 e 59 separações judiciais no mesmo ano. O número cresce quando se observa o número de processos de divórcios nesse ano, sendo registrados 186. A importância desses registros nos levam para uma outra ponta desse novelo, que é o da violência contra a mulher, considerando que podemos especular que o número de processos de divórcio esteja relacionado ao empoderamento da mulher de um lado e ao machismo ainda recorrente em Lages de outro.

A suposição tem como fundamento o fato de que a partir da criação da Delegacia da Mulher aumentou consideravelmente o número de Boletins de Ocorrência denunciando a violência e que podem ser enquadrados na Lei Maria da Penha, n. 11.340/06, sancionada pela Presidente da República, Dilma Maria Rousef no ano de 2006.

De acordo com a Cartilha “Viver sem violência um direito das mulheres Lageanas”, elaborada pela Câmara de Vereadores de Lages em colaboração com várias entidades e instituições, inclusive a UNIPLAC, as possibilidades de conscientização das mulheres

lageanas mediante esse material levam em consideração a ideia de micropoder desenvolvida por Saffioti (1997), segundo a qual “[...] o micropoder, apresentando um alto potencial de subversão, é capaz de solapar o macropoder”. Ou seja, é no seu âmbito doméstico que as mulheres podem desenvolver atitudes capazes de subverter a ordem posta de que aos homens cabe o poder do mando e às mulheres o “direito” (grifo nosso) à submissão”. Para a perspectiva das discussões de gênero, segundo a mesma autora, “Isto tem extrema relevância”, porque “As mulheres são treinadas no exercício do micropoder, mas via de regra, ignoram seu alcance para minar instituições sacralizadas como a família. [...] A micropolítica não está apenas articulada com a macropolítica, mas vive no seu interior, transformando-a incessantemente” (*apud* LAGES, 2006, s/p).

Essa colocação vem ao encontro desta análise, na medida em que identificamos as crescentes denúncias de violência contra as mulheres conforme registrado na Delegacia da Mulher. Em números, registra-se o seguinte: em 2007 foram feitos 271 Boletins de ocorrências; crescendo para 758 no ano de 2010 e somando 984 desses registros em 2014. Só neste ano de 2015, a Delegacia da Mulher de Lages já registrou 622 boletins de ocorrência oriundos de denúncias de violência contra a mulher. Sem atentar para os números de outros espaços, mas tentando uma reflexão a partir das características socioculturais e históricas da formação de Lages, podemos pensar que esses números revelam uma cultura de mando e poder ainda bastante presente nessa sociedade.

Outro aspecto que vem sendo apresentado nas ocorrências desde os anos 1990 diz respeito ao alcoolismo masculino com causa de atos violentos contra as mulheres. Na Revista da Memória, editada pela Fundação Cultural de Lages em 1996, os vereadores da época já chamavam atenção para os “bêbados” na rua e o aumento de casos de agressão às mulheres em decorrência do abuso do álcool (SERPA, 1996).

Cerca de dezenove anos mais depois, um veículo da imprensa lageana situava índices consideráveis de violência, cuja causa estava no alcoolismo e na instituição da Lei Seca, ou seja, o controle sobre o consumo de bebidas fora do âmbito familiar, segundo se entende da reportagem editada em 2015, contribuiu para o consumo dessa substância no recesso do lar e consequente aumento de agressões às mulheres. Segundo a reportagem, “os casos de agressão contra a mulher, entre parentes e vizinhos aumentaram cerca de trinta por cento desde que passou a vigorar a lei 11.705, que altera o Código de Trânsito Brasileiro”. A instituição da “conhecida ‘lei seca’ está provocando mudanças de hábito com reflexos no aumento do número de vítimas por agressão doméstica”. Os dados apresentados registravam

que “a reincidência das vítimas oscila na faixa de 30%” e os casos foram registrados IGP. Aventava-se que o “Motivo é a bebedeira em casa” e citavam-se como tipos de agressão “socos, tapas, pontapés” (SIEGA, 2015).

Esses registros confirmam uma realidade que vem sendo modificada muito lentamente, mas por outro lado pode representar a questão apontada por Saffioti (1997) como caminho para o assumir um posicionamento dentro das relações de macropoder na medida em que passam a denunciar a violência sofrida. Quando falamos sobre a mudança lenta desse quadro, nos reportamos também ao que pode estar por trás do número de divórcios registrados na sociedade lageana.

Em relação ao número de processos judiciais de divórcio, conforme já exposto, não podemos afirmar, mas podemos levantar hipóteses de que os mesmos estão relacionados, seja da perspectiva masculina seja da feminina, com a cultura local da inferioridade feminina. Explicamos essa suposição mediante a leitura de que, se os pedidos de divórcio são feitos por parte das mulheres, elas estão lutando contra alguma condição a que estejam submetidas e buscam livrar-se, se for por parte dos homens, pode-se explicar esse processo na perspectiva do machismo, de que os homens podem separar-se se encontrarem em suas companheiras algo que seja reprovável socialmente. São suposições que carecem de mais pesquisas, é certo, mas considerando a formação de Lages e as conformações sociais, culturais, políticas e econômicas que marcam sua história, não nos parece descabida essa leitura.

Ao analisar as observações sobre o povo e a cultura lageanas percebemos claramente o que hoje chamamos de etnocentrismo (avaliar a cultura do outro segundo nosso padrão cultural). No Século XIX, a Europa era o centro econômico, político e cultural do mundo. Os países europeus viviam em plena Revolução industrial, tendo a Inglaterra como líder desse processo, expandindo-se também para Estados Unidos. A época ensejou grandes descobertas e avanços, dentre elas a locomotiva, o aço, a eletricidade, o petróleo, o motor à combustão, o automóvel e uma imensidade de máquinas.

E o que isso tem haver, com o Brasil, com Lages? Estes entram neste processo como fornecedores de matéria prima e mercado consumidor. Inicialmente através dos tropeiros (charque, gado, cereais, couro, erva mate e outros alimentos tanto para exportação quanto para o mercado interno, na região mineira). Com a araucária, mais tarde acontece o mesmo processo. Assim, vemos a influência das “as butinas de laços parisienses” ao mesmo tempo

que o olhar europeu caricaturiza essa influência nas descrições das mulheres lageanas (SERPA, 1996, p. 15).

A influência desse contexto foi tão grande em Lages, que até códigos de conduta foram estabelecidos social e moralmente para inserir a cidade na rota do glamour parisiense. Situamos esse contexto a partir das palavras de Serpa (1996), de que “a partir da segunda metade do século XIX a sociedade brasileira começa a receber e reelaborar um conjunto de ideias, valores, comportamentos vivenciados na Europa”, caracterizando a “noção” dos brasileiros e lageanos de “processo civilizador” (SERPA, 1996, p. 15).

Ao buscar referências no contexto social que marcou a formação cultural da cidade e que implica nas discussões sobre o patriarcalismo, as questões de gênero e a condição das mulheres lageanas nesse contexto, identificamos o que se convém chamar de processo cultural que vai sendo construído por meio das relações sociais, que contribuem para a formação da territorialidade marcada pela cultura, pelo costume. De acordo com Serpa (1996, p. 15), Lages foi inserida no modelo burguês europeu, destacando-se no rol das mudanças dois códigos de conduta.

O primeiro quando a Câmara Municipal aprovou o Código de posturas através da Lei nº 213 de 05 de maio de 1845, determinando uma série de normas sobre a estética, movimentação e racionalidade do espaço urbano. Enquanto que o segundo aprovado também pelo poder público em 1895 “define mais acentuadamente as questões de conduta e sociabilidade” (SERPA, 1996, p. 15).

Do primeiro, destacamos o Artigo 117: “[...] é proibido fazer bulhas ou vozeirias, dar gritos altos sem necessidade reconhecida. Fazer sambas ou batuques quaisquer que sejam as denominações, dentro das ruas, das cidades, das povoações” (SERPA, 1996, p. 15-6). Esse aspecto denota a segregação racial, a discriminação, a desvalorização de outras culturas e a imposição hegemônica da cultura europeia, cujos defensores e propagadores são a elite burguesa nascente. O alcance desse processo foi grande e chegou ao século XXI em Lages. Ainda são possíveis de identificar traços de uma cultura patriarcal forjada nos moldes europeus e assimiladas pela sociedade lageana. Há sinais claros do desgaste deste sistema, mas ele ainda se faz presente.

Para Castells (2013, p. 170), refletindo sobre o patriarcalismo, neste final de milênio esta instituição familiar vem sendo contestada pelos processos inerentes de “[...] transformação do trabalho feminino e da conscientização da mulher”. Aponta também como forças propulsoras desse processo o “[...] crescimento de uma economia informal global,

mudanças tecnológicas no processo de reprodução da espécie e o impulso poderoso promovido pelas lutas da mulher e por um movimento feminista multifacetado” identificado a partir do final dos anos 1960.

Castells aponta como sintomas da crise patriarcal: a dissolução de lares por meio do divórcio ou separação, formação de lares de solteiros ou com apenas um dos pais, frequências sucessivas de crises matrimoniais, dificuldade de combinar casamento, trabalho e vida, que aliam-se a outras tendências importantes como retardamento da formação de casais e formação de relacionamento sem legalização de casamento o que vai debilitando psicológica e institucionalmente a autoridade patriarcal. Junta-se a esses fatores a questão demográfica, “[...] como envelhecimento da população e diferença da taxa de mortalidade entre os sexos”. Isso permite o surgimento de “[...] uma grande variedade de estruturas domésticas, diluindo assim o predomínio do modelo de família nuclear clássica” (CASTELLS, 2013, p. 174).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas realizadas para a elaboração deste artigo revelam que Lages, embora venha modificando sua cultura e relações de poder, ainda mantém hábitos e costumes característicos da sociedade patriarcal que fundou essa cidade. Nesse meio, as relações de poder que implicam nas questões de gênero foram se solidificando. Os modelos socioculturais importados da Europa contribuíram para situar as mulheres no espaço privado. E nesses espaços elas foram mantidas por muito tempo.

Os dados coletados na pesquisa são importantes para retomarmos a discussão sobre o condicionamento das mulheres em Lages em sua condição feminina imbricada em uma sociedade patriarcal centrada no poder do homem sobre a inferioridade da mulher.

Talvez, a questão do envelhecimento populacional e da predominância de mulheres sobre o número de homens idosos esteja sendo um fator importante a ser observado na questão do arrefecimento do patriarcado em Lages. Os velhos coronéis morrem antes, os homens morrem antes. A cultura, desse modo, que vai sendo legada às próximas gerações tem a mulher como sua difusora.

As informações de ordem social e política que de certo modo empoderaram as mulheres, a possibilidade de alcançar espaços públicos, a visibilidade e a necessidade de manter a prole ou lutar pela sobrevivência também contribuem para a formação de novos

valores sociais, o que pode contribuir para a derrocada final de um sistema que subjugou as mulheres lageanas por século à condição de inferioridade e de objeto à serviço dos coronéis ou dos homens comuns, simplesmente por serem mulheres e não serem dotadas de poder.

No âmbito dos estudos de gênero, conhecer o que houve nesse espaço pode ser uma forma de contribuir na conscientização das mulheres sobre sua condição e também da sociedade lageana em geral de que as definições e atribuições que se pensa características das mulheres é uma construção cultural e que pode ser modificada. Mulheres e homens são seres de direitos iguais, o que falta são as mesmas possibilidades para ambos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei 11.340. Lei Maria da Penha.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 21 out. 2015.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa (Org.). **Consciência de Gênero na Escola.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. 2000.
- CASTELLS, Manuel. **O Fim do Patriarcalismo:** movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. São Paulo: Paz e Terra, 2013. p. 169-285.
- GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Antropologia em Primeira Mão.** Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da UFSC. Florianópolis, 1998.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Lages. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=420930&idtema=79&search=santa-catarina%7Clages%7Ccenso-demografico-2010:-resultados-do-universo-indicadores-sociais-municipais-->>>. Acesso em: 10 out. 2015.
- LAGES. Câmara de vereadores de Lages. **“Viver sem violência, um direito das mulheres lageanas”.** Cartilha. Lages: Câmara de Vereadores de Lages, 2006.
- LOCKS, Geraldo. Algumas Categorias úteis para pensar a territorialidade da Serra Catarinense. In: **Educação do campo:** novas práticas. Lages, 2010.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação:** uma perspectiva pós-estruturalista/ Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- PEIXER, Zilma Isabel. **A cidade e seus Tempos:** o processo de constituição do espaço urbano em Lages. Lages: Uniplac, 2002.
- SANTOS, Renato Ferreira; MARQUES, Ana José. 1. Diversidade étnico-racial: conceitos e reflexões na escola. Encontro Regional de História da ANPUH-Rio, 15, **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2012.

SERPA, Élio Cantalício. A reformulação das condutas e sociabilidades durante a primeira república. **Revista da Memória**. Lages: Fundação Cultural de Lages, n. 01, p. 13-29, 1996.

SERPA, Elio. “A reformulação das Condutas e das Sociabilidades durante a Primeira República. In: REVISTA DA MEMORIA. Lages: Fundação Cultural de Lages, a. 1, n. 1, 1996.

SIEGA, Loreno. Câmara de vereadores lança Cartilha “Viver sem violência, um direito das mulheres lageanas”. **Revista Visão online**. 17, jun. 2015. Disponível em: <<http://portal.revistavisao.com.br/post/21571/camara-de-lages-lanca-cartilha-viver-sem-violencia-um-direito-das-mulheres-lageanas/>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 73 a 102.,

Locais de pesquisa:

MUSEU THIAGO DE CASTRO. Lages.

DPCAMI (Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao idoso) de Lages.